

**A REPRODUÇÃO CAMPONESA A PARTIR DA LUTA NA TERRA  
NO SUDESTE PARAENSE: o caso do assentamento 17 de Abril -  
Eldorado dos Carajás, Pará**

**PEASANT RESULTS FROM THE STRUGGLE FOR LAND IN THE  
SOUTHEAST OF PARA: the case of the April 17 - Eldorado dos  
Carajás, Pará**

**Rogério Rego Miranda**

Doutor em Geografia Humana (USP) e Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará –  
Unifesspa, campus de Marabá  
Instituto de Ciências Humanas (ICH)/Geografia, Marabá, Pará, Brasil  
rogeriomir@unifesspa.edu.br

**Resumo**

A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) manifesta-se no sudeste paraense a partir dos Projetos de Assentamento (PAs). Dentre eles, destacamos o PA 17 de Abril, localizado em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará. Nele, os assentados se reproduzem territorialmente por meio da luta na terra e pela permanência nela. Para tal fim, constroem e participam da rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra que permite a continuidade das reivindicações do MST, bem como agencia melhorias infraestruturais para o referido PA, além de realizarem a reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia, como a escola fundamentada na educação do campo e a associação. Assim, discutem a necessidade de desenvolverem experiências agroecológicas, as quais ainda são muito incipientes, mas expressam a possibilidade de um outro modelo de desenvolvimento territorial. Para a realização desta pesquisa, utilizamos, enquanto procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica e extenso trabalho de campo, em que fizemos uma observação sistemática, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.

**Palavras-chave:** MST. PA 17 de Abril. Sudeste paraense. Território.

**Abstract**

The establishment of the Landless Rural Workers Movement (MST) manifests itself in southeastern Pará from the Settlement Projects (PAs), among them the April 17th PA, located in Eldorado dos Carajás, in the state of Pará. The MST expand themselves from territory to territory by continuing the struggle for permanence in land ownership. For this utmost goal, they build and participate in the peasant solidarity network allowing for continuation of the struggle for the land of the MST, as well as for the provisioning of

infrastructural improvements for that PA. Besides influencing the re-appropriation of private hegemonic devices, such as the school, based on rural education, and the association, discussing the need to develop agroecological experiences (which are still in their earliest inception), there is a need to express the possibility of another model of territorial development. For the development of this research, we used as a methodological procedure, literature review & extensive field work, where we performed systematic observation, application of questionnaires and semi-structured interviews.

**Keywords:** MST. PA April 17th. Southeast Paraense. Territory.

**Assentamento 17 de Abril.**

17 de abril. Dia para nós marcado.

Quando vários companheiros foram mortos e mutilados.

Por pessoas desumanas, cruéis e sem coração.

Gente tão impiedosa que matou nossos irmãos.

Entre esses muitos jovens, que antes pensavam no futuro.

Terminam-se seus sonhos naquela curva da estrada,

Lá na curva do “S” por todos assim chamada.

(Homenagem do grupo JOCE - Juventude, Ousadia, Coragem

e Esperança, 1999).

## **Introdução**

A produção do espaço agrário no sudeste paraense reproduz as desigualdades e mazelas sociais e econômicas do país, marcado por uma estrutura fundiária concentrada por uma elite que outrora era relacionada ao capital mercantil e, posteriormente, ao fabril e financeiro, legitimando o caráter rentista do capitalismo no Brasil e, particularmente, na Amazônia, pois o capitalista (empresário) torna-se proprietário da terra (latifundiário), constituindo-se no titular da renda fundiária. Nesse caso, “a determinação histórica do capital não destrói a renda da terra nem preserva o seu caráter pré-capitalista – transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada” (MARTINS, 2010, p.22).

Para Suzuki (2006), a noção de renda capitalizada é a mais adequada para a compreensão da realidade brasileira e latino-americana, especialmente pelo fato de sua formação econômico-social ser marcada pela transição da riqueza pautada no escravo, ou outra forma semelhante de subjugação do trabalhador ao longo da colonização, para a terra que foi transformada em mercadoria, tornando-se o fundamento da reprodução das relações sociais em geral.

Esse caráter rentista do capitalismo no Brasil explica o forte processo de apropriação de terras na Amazônia por grupos econômicos importantes, hoje cada vez mais atrelados à fração do capital financeiro — como bancos, empresas que trabalham com a mineração, soja, pecuária, dendê etc., afetando diretamente territórios tradicionais,

como quilombolas, ribeirinhos, de pescadores, indígenas e de assentamentos —, pois necessitam da liberação de terras para o mercado ou para a viabilização de grandes infraestruturas que visam a ampliação do modelo de desenvolvimento hegemônico do campo pautado nas *commodities*.

Para tal fim, utilizam-se das agroestratégias (ALMEIDA, 2010), que correspondem às alterações nas legislações vigentes referentes aos territórios de povos e comunidades tradicionais com o intuito de criar obstáculos para a regularização dessas áreas ou mesmo revisão das leis para que as terras sejam destinadas ao agronegócio. Simultaneamente, faz-se uso das práticas de violência como ameaças de morte, assassinatos de lideranças, chacinas, intimidações por meio de tiros, queima criminosa da plantação, envenenamento da água e dos cultivos com agrotóxicos, impedimento da circulação etc.

É em meio a esse processo de apropriação das terras na Amazônia que os movimentos sociais e sindicais se constituem, reivindicando a reforma agrária e o direito de decidir por um outro projeto de desenvolvimento regional que insira em sua proposta uma diversidade territorial includente mediante a construção de um consenso ativo (GRAMSCI, 2001) que, por sua vez, considere, mesmo diante do conflito, as distintas epistemes. Ao mesmo tempo, opõem-se a uma única forma de produção do conhecimento e de definição da região calcada unilateralmente na lógica do capital financeiro e do neoliberalismo, que aprisionam a diversidade em um discurso preservacionista, e do capital natural (BECKER, 2005), que mercantiliza todas as formas de existência.

Neste trabalho, objetivamos discutir a re-produção do campesinato amazônico, especialmente do sudeste paraense, com o intuito de colocar em relevo essa diversidade da produção regional em suas múltiplas dimensões, tendo em vista o estudo do Projeto de Assentamento 17 de Abril, que, apesar das contradições e conflitos decorrentes de sua inserção no mercado capitalista, grafa na região a possibilidade de uma outra lógica de produção territorial.

No referido PA, os assentados se reproduzem territorialmente por meio da luta na terra e pela permanência nela. Para tal fim, constroem e participam da rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra que permite a continuidade das reivindicações do MST, bem como agencia melhorias infraestruturais ao assentamento, além de realizarem a reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia, como a escola fundamentada na

educação do campo e a associação. Assim, discutem a necessidade de desenvolverem experiências agroecológicas, as quais ainda são muito incipientes, mas expressam a possibilidade de um outro modelo de desenvolvimento territorial.

A pesquisa se desenvolveu a partir de um trabalho de campo denso que se realizou entre os anos de 2015 e 2016, período em que procedemos observações sistemáticas, por meio das quais estreitamos nossa relação com o grupo pesquisado, desenvolvendo uma participação relativa no cotidiano dos sujeitos estudados, por meio da observação dos eventos de seu dia a dia (MINAYO et al., 1994). Nesse contexto, nos envolvemos em atividades relativas às reuniões, organização da produção, formação política, dentre outras, que nos possibilitaram entender a complexidade da reprodução camponesa, pois é envolta em processos de disputas, conflitos e contradições.

Simultaneamente, realizamos entrevistas semiestruturadas que consistem em conciliar entrevistas estruturadas — com perguntas previamente formuladas — e não estruturadas — em que o informante aborda livremente o tema proposto (MINAYO et al., 1994). Essa metodologia foi empregada junto às lideranças do MST, assentados antigos que estiveram envolvidos com o massacre que desencadeou a conquista do PA, assentados recentes que são parentes ou agregados dos que ocuparam a terra e assentados que obtiveram lotes de terras mediante a compra.

Também foram aplicados questionários que correspondem a uma técnica de pesquisa que dispõe de um certo número de questões apresentadas por escrito às pessoas, almejando obter informações da realidade (GIL, 1999). Em nosso estudo, aplicamos os questionários junto aos assentados do PA 17 de Abril de forma a obter dados relativos à origem desses sujeitos (processo migratório); à estrutura econômica e política da família (grau de envolvimento com movimentos sociais, em especial o MST, formas de organização de luta pela permanência no assentamento face às precariedades existentes, produção agropecuária, renda e financiamento); ao modo como observam a estrutura educacional do assentamento e a relação do ensino com a história do PA e do MST; e, por fim, aos aspectos socioculturais, com o intuito de avaliar se ainda resguardam formas organizativas simbólico-culturais importantes às ações coletivas e que possam auxiliar na construção de um outro projeto hegemônico, a exemplo da organicidade e a mística que são marcantes no momento do acampamento. Nesse sentido, utilizamos a proporção de 25% do total de assentados do PA, que possuem 690 lotes de 10 alqueires cada

(aproximadamente 50 hectares); logo, aplicamos 175 questionários com residentes da vila, mas que possuem lotes nos quais desenvolvem seus viveres e criações, e com aqueles que vivem apenas nos lotes, em diferentes pontos do PA, os quais georreferenciamos para posterior confecção de mapas temáticos.

Por fim, usamos registros fotográficos com o intuito de possibilitar o reconhecimento da paisagem do assentamento, salientando a sua organização espacial, a produção agrícola e pecuária e as formas de manifestações coletivas em prol de melhorias sociais e de ações pela reforma agrária e de luta por melhorias nas condições de reprodução camponesa regional.

### **Formação territorial do sudeste paraense**

A formação territorial do sudeste paraense será enfocada pela dimensão do conflito e das disputas provenientes do território que materializa a história, a qual resultou na sua conformação e estrutura atual. Para a apreensão disto, é necessário descortinar seu processo de formação, por isso a definição de formação territorial, que busca analisar melhor a gênese dos conjuntos espaciais contemporâneos, muito embora no passado tais conjuntos não apresentassem necessariamente unidade e integração (MORAES, 2000). Salientamos que os territórios não se consolidam exclusivamente pelo uso da força e da violência, pois envolvem

[...] instâncias de legitimação do domínio e do poder praticados, o que redundam em forças jurídicas de reconhecimentos dos direitos de soberania (interna e/ou externamente aos espaços em questão). Nesse sentido o território é também uma construção política, que deve ser reiterada por meio de pactos e disputas sociais. Até por isso, a formação territorial apresenta ainda uma faceta de estrita elaboração ideológica, resultando em construtos discursivos que comandam tanto a consciência dos lugares quanto sua produção material. (MORAES, 2000, p.22).

Partindo desta premissa de Moraes (2000), é possível observar que a formação territorial envolve múltiplos sujeitos, processos e dimensões da realidade, que expõem as disputas pela hegemonia do território. Em um primeiro momento, muito mais pautado por questões geopolíticas (ocupação para salvaguardar o domínio) e, posteriormente, pela determinação de uma racionalidade econômica (capitalista) que se fundamenta na construção de um conjunto de valores da classe dominante que, por sua vez, se

universalizam com o intuito de subjugar as classes subalternas, porém não sem resistência.

Para a compreensão da formação territorial do sudeste paraense, tomamos como referência os conflitos oriundos das disputas pelo território, destacando a emergência dos movimentos sociais como uma força importante para o questionamento da estrutura fundiária e do projeto agropecuário e mineral pensado para a realidade em questão.

A região, enquanto território, é marcada por temporalidades e espacialidades próprias de formações econômico-sociais anteriores que ainda permanecem, reproduzindo-o e/ou transformando-o, originando conflitos territoriais, que se articulam com processos desenvolvidos em outras escalas, conformando uma área de fronteira.

### **Dos castanhais livres à apropriação privada dos castanhais: construção da luta posseira e dos movimentos sociais**

A sub-região geográfica do sudeste paraense (ver Mapa 1) destaca-se em sua formação territorial pela forte presença da concentração de terras em virtude da ação de agentes inicialmente locais, conhecidos como “donos dos castanhais”, que se apropriaram, entre a década de 1920 e 1960, das áreas de florestas ricas em castanha (*Bertholetia excelsa*). Tal produto era largamente utilizado pelos indígenas e migrantes em sua alimentação ou comercialização, logo, podiam explorar livremente as áreas de castanhais, com base no seu trabalho familiar.

Todavia, como registrou Emmi (2002), com o aumento do comércio da castanha, iniciou-se um disciplinamento e controle sobre o uso e a apropriação das áreas de castanhais. Para esse fim, criou-se, em 1918, a Lei nº 1.747, que permitia a compra de terras devolutas do Estado e, após três anos, foi promulgada a Lei nº 1.947, que previa o aforamento perpétuo em terras devolutas do Estado. Em 1925, uma nova forma de controle foi implantada pelo Estado, qual seja, o arrendamento, que corresponderia a uma espécie de aluguel da terra por período de safra. A prática generalizou-se como modalidade de uso dos castanhais a partir de 1930, passando a ser um instrumento legal para o benefício político e econômico da oligarquia castanheira emergente, em detrimento dos pequenos e médios produtores. Esse mecanismo findou concretamente a extração livre e possibilitou o monopólio do comércio da castanha.

Mapa 1: Municípios do sudeste paraense, 2019



A apropriação privada dos castanhais que antes eram coletivos se consolida em 1954, com a Lei nº 913, que definiu o aforamento como a principal forma de uso dos castanhais, indo ao encontro dos anseios dos grandes arrendatários que reclamavam não apenas um tempo maior de concessão das áreas arrendadas, mas uma apropriação concreta e mais duradoura dos castanhais. A lei supracitada, embora estipulasse que as áreas ainda seriam de propriedade do Estado, permitia ao foreiro o direito de uso por 99 anos (uma espécie de aforamento perpétuo), e, como os aforamentos deveriam ser feitos com a anuência do Estado e as cláusulas dos títulos de aforamento não foram devidamente analisadas, os foreiros tornaram-se “donos dos castanhais” (EMMI, 2002; VELHO, 1981).

Dessa forma, monopolizou-se o território, atingindo áreas indígenas e de posseiros (pequenos agricultores que se reproduzem social e economicamente por anos em uma determinada área de floresta, sobrevivendo da caça, pesca, agricultura e extrativismo, mas que não possuem o título da terra, sendo vulneráveis às iniciativas de expulsão dos donos dos castanhais via grilagem ou mesmo violência expressa em ameaças de morte, assassinatos, agressões etc.) Os posseiros, então, começaram a se organizar coletivamente com o intuito de coibir a desterritorialização a que eram submetidos.

A partir da década de 1970, observa-se a implantação do projeto “desenvolvimentista” implementado pelo governo militar (1964-1985), que ambicionava integrar o Brasil através da malha rodoviária. No que concerne à Amazônia, objetivava modernizá-la e integrá-la ao Centro-Sul, pois a região amazônica, além de fornecedora de matérias-primas, deveria cumprir o papel de mercado consumidor (BRITO, 2001), configurando um novo padrão territorial na região e um outro papel na divisão territorial do trabalho, não mais ligado apenas a produtos extrativistas, mas de caráter mineral e agropecuário.

Nesse período, o governo federal também implantou medidas que desarticularam as relações de poder regional, especialmente dos donos dos castanhais, visto que nas estradas federais uma faixa de terra de 100 km de ambos os lados pertencia agora à União — processo conhecido como federalização das terras estaduais, que transferiu para o Estado a maior parte das terras e contribuiu para o enfraquecimento da expressão política

das elites locais, uma vez que muitas dessas margens foram apropriadas posteriormente por grandes projetos agropecuários e minerais, beneficiados por incentivos fiscais.

As mudanças fazem eclodir diversos conflitos por terra, não apenas devido à ação violenta da oligarquia dos castanhais que visavam manter seu território, mas porque entram em cena novos sujeitos econômicos atrelados à agropecuária e/ou à mineração, que atuam em diversas escalas geográficas devido à articulação ao capital financeiro internacional e têm a anuência do Estado para se apropriar de territórios indígenas e de posseiros, tornando demasiadamente complexa a estrutura fundiária do sudeste paraense.

Os posseiros, especificamente, organizam-se por meio dos sindicatos, criando as condições históricas e geográficas para a construção dos movimentos sociais importantes, devido ao fato de, já na década de 1980, os posseiros utilizarem a estratégia de reocupação dos sindicatos antes atrelados ao governo civil-militar, no sentido de promover de fato uma luta pela reforma agrária e, igualmente, ocuparem os castanhais em meio à floresta. Essas ocupações eram constituídas principalmente pelos homens que plantavam na área e resistiam até o momento que pudessem levar suas famílias, mediante a criação de projetos de assentamento.

Com base em tal experiência posseira, foi se formando uma cultura de luta e um conjunto de lideranças sindicais, especialmente amparadas pela igreja, via Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que ajudavam a organizar as ocupações dos castanhais, e, também, dos órgãos públicos como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os posseiros a partir da década de 1990 é que vão auxiliar na construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense. Nesse processo, várias lideranças sindicais começam a integrar o MST, que traz para a realidade uma outra metodologia de luta pela terra, pautada nos acampamentos, que, diferente das ocupações posseiras, primava por uma localização próxima da cidade, com um número elevado de pessoas e envolvendo sempre todo o núcleo familiar, sem distinção de gênero ou idade, com o intuito de facilitar a circulação, manifestações, venda de mercadorias, além da grande visibilidade que ganha em termos midiáticos e sociais, pois são vistos por todos, forçando os órgãos públicos e fazendeiros a desenvolverem negociações com o movimento.

Essa metodologia de ação não foi bem vista pelos posseiros inicialmente, que denominavam os acampamentos de “ocupamentos”, entretanto, conforme os acampamentos foram sendo eficazes, pois permitiam uma maior segurança aos acampados, além de garantirem o processo pedagógico de construção da coletividade, foram se transformando na principal forma de resistência contra o latifúndio, onde o agronegócio regional se desenvolveu, e de luta pela reforma agrária na realidade em questão, culminando na construção de projetos de assentamentos. Dentre eles, destacamos o PA 17 de Abril.

Salientamos que o referido processo de ocupação de terras e construção de acampamentos empreende uma estratégia territorial contra-hegemônica, almejando fazer frente à forte ofensiva do capital financeiro que se articula a outras frações do capital existentes na região, gerando diversos conflitos territoriais. Entendemos que o território está “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, que desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p.95-96).

O MST, particularmente, busca construir a sua territorialidade mediante uma organização política (luta pela reforma agrária e, conseqüentemente, pela socialização dos recursos naturais, ou seja, a terra de trabalho, na qual a terra possui valor de uso; luta por políticas públicas mais adequadas às particularidades dos assentamentos etc.), econômica (baseada na economia de excedentes<sup>1</sup>, de forma a possibilitar a reprodução camponesa com autonomia, ainda que relativa) e cultural (construção de uma identidade particular, por exemplo, com propostas educacionais ímpares, como a educação do campo) próprias.

A disputa pelo território não finda com a conquista do assentamento, ao contrário, aprofunda-se, pois se complexificam as relações internas, tendo em vista a entrada de novos sujeitos, como pessoas que não participaram do acampamento, e sim do início do PA, seja por serem parentes ou agregados dos que ocuparam a terra, seja por adquirirem lotes através da compra. Logo, existem indivíduos com graus diferentes de envolvimento com o MST e com lógicas distintas de apropriação da terra, havendo aqueles com perspectivas mais mercadológicas e outros que a compreendem enquanto valor de uso, desenvolvendo relações não capitalistas de produção, pautadas no uso do trabalho

familiar para o plantio de víveres e criação de animais, utilizados para consumo da família e venda nas feiras e mercados locais e/ou regionais. Contudo, para se reproduzirem, esses últimos necessitam continuar a luta pela permanência na terra, em virtude dos interesses de médios fazendeiros e empresas, além de terem de reivindicar políticas públicas para financiamento e escoamento da produção, assistência técnica e infraestruturas sociais adequadas às suas realidades, como escolas, postos de saúde, cooperativas e/ou associações etc.

O PA 17 de Abril apresenta a complexidade supracitada e manifesta a necessidade de permanente disputa pelo território, tornando-se parte do processo de reprodução camponesa na fronteira, conforme discutimos a seguir.

### **O projeto do Assentamento 17 de Abril**

Com o aprofundamento dos trabalhos de base do MST no sudeste paraense, a partir da década de 1990, inicia-se o planejamento da ocupação do Complexo Macaxeira (Fazenda Macaxeira, Grota Verde, Ponta Grossa e Eldorado), uma área de 42 mil hectares localizada no município de Eldorado dos Carajás.

De acordo com Fernandes (1999), muitas famílias que participaram da ocupação eram posseiras nas terras da Macaxeira, que já estavam sendo reivindicadas pelo MST desde a entrega dos lotes do PA Palmares (criada oficialmente no ano de 1996) pelo então presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto, no dia 5 de novembro de 1995 — ocasião em que, além dos beneficiados da reforma agrária, estavam presentes mais 1.500 famílias que reivindicavam a desapropriação da Fazenda Macaxeira, de propriedade de Plínio Pinheiro, pressionando para que houvesse a vistoria da área em questão.

Nesse mesmo dia, cerca de 3.550 famílias ocuparam o Centro de Orientação e Formação Agropastorial e Artesanal de Curionópolis (COFAAC), onde ficaram por cinco meses aguardando o resultado da vistoria. Após esse período, o acampamento foi alterado para a Fazenda Formosa, cujo proprietário era Olavo Ribeiro.

No início de abril de 1996, decidiu-se realizar uma caminhada em direção a Belém para negociar a desapropriação da Fazenda Macaxeira. Acamparam no quilômetro 21 e depois no quilômetro 16 da PA-150, até chegarem à “Curva do S”, no dia 16 de abril. Nesse momento, foram visitados pelo promotor de justiça acompanhado de dois soldados,

que solicitaram a desobstrução da estrada, pois, no dia posterior, às onze horas, lhe seriam cedidos cinquenta carros e 10 mil quilos de alimentos para que seguissem viagem até seu destino na capital paraense. De acordo com os relatos dos assentados que estiveram presentes no ocorrido, a ideia era realizar uma averiguação acerca dos sem-terra, para observar se estavam armados, quantos eram etc.

No dia 17 de abril, a rodovia foi novamente interditada pelos sem-terra às onze horas da manhã, pois o acordo não havia sido cumprido. Às duas horas da tarde, chegou o primeiro batalhão, advindo de Parauapebas, que ficou aguardando o restante dos policiais que vinham de Marabá. Ao chegarem, cercaram os sem-terra nos dois sentidos da estrada e não se dispuseram a negociar, lançando imediatamente gás lacrimogêneo. Entretanto, como os sem-terra resistiram, os batalhões passaram a dar tiros de fuzil, os quais ceifaram dezenove sem-terra, segundo números oficiais, muito embora alguns assentados aleguem que esse número seja superior devido à quantidade elevada de pessoas presentes entre homens, mulheres e crianças e devido à procura de pessoas por parentes desaparecidos no local após o evento, em torno do qual levantaram-se inúmeras versões acerca das mortes. Foi um episódio extremamente violento, como nos informa um dos assentados que esteve presente no massacre e sobreviveu:

[...] rapaz do massacre o que eu vi foi [...] muito companheiro caindo, tombando, muito sangue, muito miolo de cabeça de gente derramado na pista, onde nós... eu ajudei a juntar uma camisa quase cheia de miolo, nós juntamos dois mortos que estava, que já tinham levado um bocado, depois vieram pegar o resto e eu nesse dia, eu cheguei em casa umas cinco horas da manhã, peguei o carro para ir embora já quatro horas, três e meia pra quatro horas, fui chegar em casa, estava tipo assim um terror, entendeu! Na hora que chegava lá no trinta, os guarda, porque tinha os guardas, diziam assim “olha vocês andam que a polícia está rondando direto aí”, então era mais ou menos isso. (MANOEL DA CONCEIÇÃO SARAIVA, assentado do 17 de Abril, 54 anos, 22 jun. 2016).

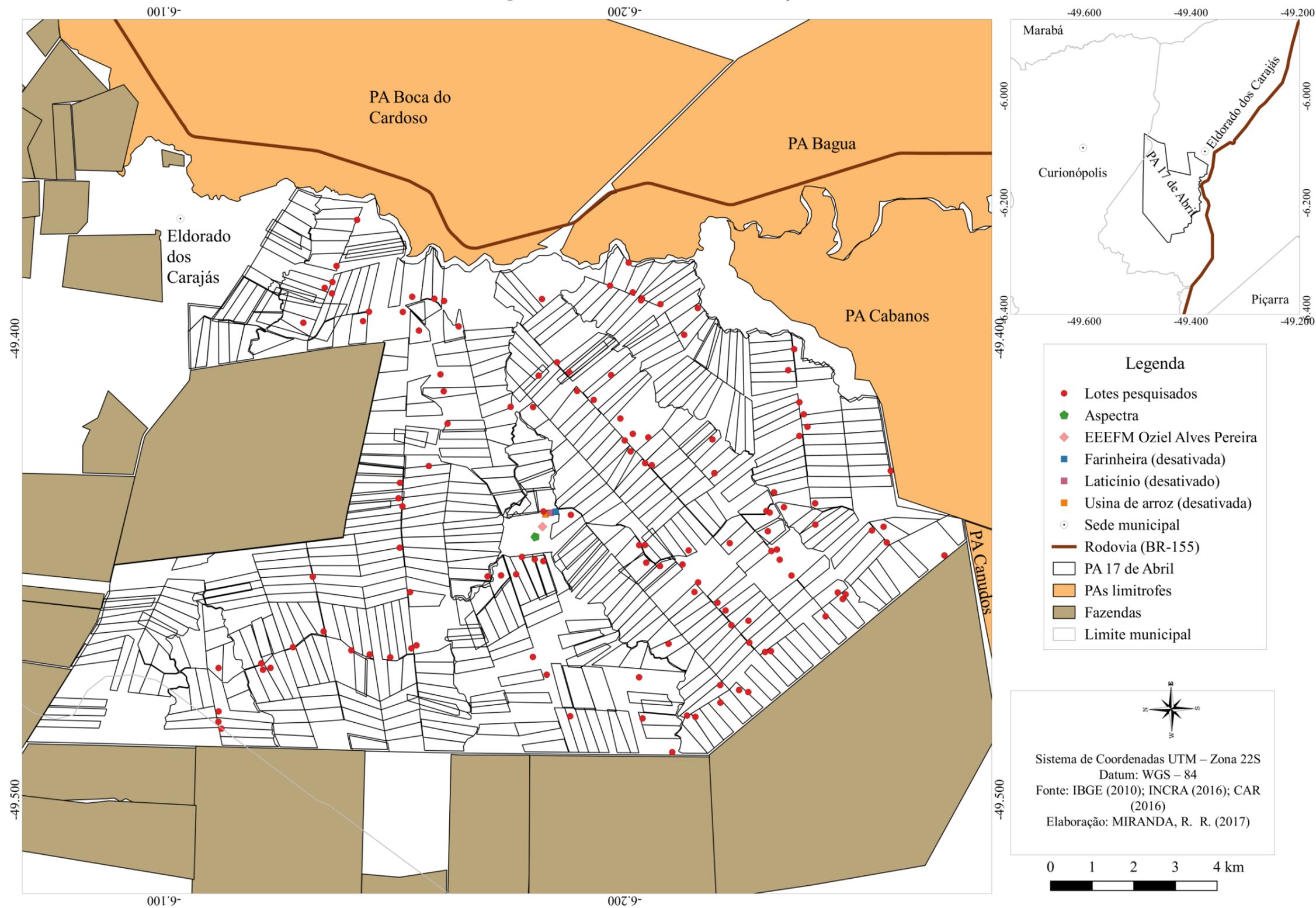
Após o acontecido, o acampamento, que era formado por aproximadamente 1.500 famílias, foi reduzido para 690, em virtude da dispersão de uma parte dos sem-terra que desistiram e de outra parte que foi remanejada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para o Assentamento Tuerê, em Novo Repartimento, criado em 1987. A ideia era criar de fato a desmobilização do MST no sudeste paraense, mas, ao contrário do que se pretendia, uma parte das pessoas que estavam no movimento ocupou a sede da Fazenda Macaxeira, enquanto a outra ficou na Fazenda Formosa para a colheita da roça coletiva do arroz.

Em maio de 1996, doze membros da Coordenação Nacional do MST se reuniram com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. Na ocasião, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em virtude do massacre, de modo que discutiram pautas acerca da reforma agrária, da responsabilização do governador Almir Gabriel e do ministro da Justiça, além da prisão dos policiais envolvidos nos assassinatos na “Curva do S” e a desapropriação da Fazenda Macaxeira (FERNANDES, 1999).

No ano de 1997, foi realizada uma nova vistoria na área pleiteada pelo MST, que dessa vez foi atestada improdutiva. Assim, o Complexo Macaxeira foi desapropriado para fins de reforma agrária e, dessa forma, foi criado, em 19 de junho de 1997, o projeto do Assentamento 17 de Abril, em alusão ao massacre ocorrido nesse dia, com capacidade de abrigar 690 famílias em uma área de 18.090 hectares (ver Mapa 2).

Em homenagem aos que vieram a óbito no dia 17 de abril de 1996, foi criado um monumento na “Curva do S”, onde estão fincados no chão troncos de castanheiras, simbolizando a violência com a qual a reforma agrária é tratada no estado do Pará, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de que esse projeto se realize ainda que seja por meio da luta, suor e sangue dos sem-terra (ver Fotos 1 e 2).

Mapa 2: PA 17 de Abril, Eldorado do Carajás/Pará



Fonte: IBGE, 2010; INCRA, 2016; CAR, 2016. Base cartográfica, cartografia e organização: Rogério Rego Miranda.

**Foto 1:** Monumento em homenagem aos dezenove sem-terra mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, na “Curva do S”



Fonte: Rogério Rego Miranda, Eldorado dos Carajás, 2016.

**Foto 2:** Cruzes simbolizando o local do massacre na “Curva do S”



Fonte: Rogério Rego Miranda, Eldorado dos Carajás, 2016.

O Assentamento 17 de Abril, que determinou de maneira emblemática a territorialização do MST no Pará, acabou se tornando uma grande referência territorial ao movimento, pois possibilitou a conquista de outros territórios aos sem-terra.

## Reprodução econômica dos assentados do PA 17 de Abril: entre as contradições e permanências da luta

Como ressalta Fernandes (2013), o capital se desenvolve desterritorializando o campesinato, por outro, contraditoriamente, também cria condições de sua recriação, a qual ocorre subjugada pela lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo, ou mediante *a luta pela terra*, a partir de ocupações, as quais geram a construção de acampamentos, que, por sua vez, podem levar ao surgimento de projetos de assentamento, mediante o embate direto com o latifúndio. Estas duas formas de reprodução camponesa produzem a conflitualidade que projeta outros modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2013). Assim,

De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento. (FERNANDES, 2013, p.181).

No caso da realidade em estudo, o tempo da fronteira grafa em seu território um choque de temporalidades que expressam propostas de desenvolvimento territorial contrastantes, no qual o tempo hegemônico do capital torna os outros subalternos à sua lógica. Logo, os camponeses no sudeste paraense devem (re)encontrar seu próprio tempo, que há muito lhes foi “retirado”, por meio da exploração e do disciplinamento do tempo do trabalhador à racionalidade do capital mercantil e/ou financeiro (que cobra uma produtividade programada) capaz de possibilitar o crescimento dos lucros. No entanto, este tempo foi reconquistado pela luta sindical e dos movimentos.

Contudo, a resistência dos camponeses teve um custo elevado quanto ao aproveitamento de experiências sociais de uso da terra de maneira alternativa, dados os grandes esforços empreendidos para a conquista da terra e, posteriormente, para a permanência nela, vista a precariedade em que estão envolvidos os assentamentos, em termos de saúde, educação, crédito, produção, comercialização dos produtos etc., deixando pouco tempo para refletirem sobre suas práticas históricas de produção e de outros sujeitos que compõem a fronteira, como os indígenas.

Uma das formas de (re)ver esse tempo está no debate empreendido pelo MST sobre agroecologia, educação do campo, cooperação na produção, dentre outros aspectos — discussão que representa um outro modelo de desenvolvimento que vem sendo cada vez mais disputado na arena política.

O PA 17 de Abril se insere nessa disputa por um modelo de desenvolvimento em meio ao tempo da fronteira, nos termos propostos por Martins (2009), produzindo conflitos territoriais e diversas contradições, pela própria reprodução dos assentados, que desenvolvem relações não capitalistas de produção, porém se articulam ao mercado capitalista, logo, possuem uma autonomia relativa, uma vez que, como assevera Alentejano (2008), o trabalho e a posse da terra fazem parte das relações de trabalho, mas não se referem à totalidade das relações de trabalho.

Portanto, deve-se inegavelmente avaliar os condicionantes e disciplinamentos impostos ao projeto de assentamento, especialmente pelos agentes econômicos e o próprio Estado, que definem a lógica de produção hegemônica no sudeste paraense, pautada na pecuária.

Nesse contexto, há grande incentivo e adesão em relação à atividade pecuarista, por diversos motivos:

- 1) O banco condiciona a criação de projetos para gado, principalmente leiteiro, pois constitui para a instituição financeira a forma mais segura de se obter o retorno com relação ao pagamento do crédito concedido;
- 2) O gado representa, em tese, a forma mais segura de se obter renda diária e garantir a reprodução familiar, pois o leite pode ser comercializado ao valor variável de R\$ 0,50 a R\$ 0,80/litro, com os atravessadores e/ou laticínios, e ao mesmo tempo é fonte de alimento para o núcleo familiar;
- 3) O gado é a forma mais viável de pagamento de dívidas contraídas, especialmente com o banco, pois próximo ao período de vencimento das parcelas pode haver duas situações: a) um bezerro é vendido para fazendeiros residentes nas proximidades ou para médios proprietários moradores dos assentamentos, e estes, por sua vez, revendem o animal para os grandes frigoríficos da região; ou b) o animal adulto é comercializado com os donos de açougues locais;
- 4) O manejo da área não tem custos demasiadamente elevados, uma vez que não é necessária a mecanização nem é preciso que a criação do animal seja intensiva.

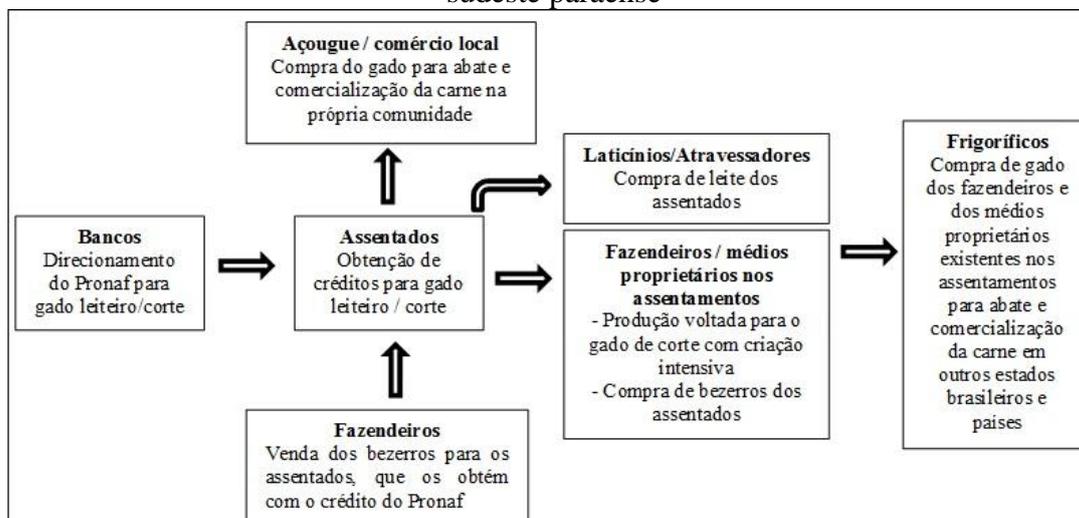
Essa nova dinâmica provoca uma série de consequências no âmbito da autonomia e da reprodução do campesinato e de problemas ambientais:

- 1 Aumento da área destinada para a pastagem e redução de área de mata e da própria agricultura, assim como do extrativismo, embora tais atividades ainda sejam praticadas, por representarem tanto a condição de reprodução do núcleo familiar quanto uma renda extra com a venda da polpa de frutas regionais (principalmente açaí), artigos agrícolas como hortaliças, milho e mandioca (para a produção de farinha), além de outros animais como suínos, caprinos e aves;
- 2 Pouca produtividade leiteira, variando entre 3,5 a 5 litros por vaca, pela raça dos animais ser composta por espécimes mestiças e a dieta alimentar ser pouco nutritiva, especialmente pela má qualidade de conservação das pastagens. Isso implica em um dispêndio de trabalho maior do agricultor para que consiga uma renda mais elevada e, assim, aumente o rebanho bovino;
- 3 Maior dependência em relação ao mercado regional, visto que, por não possuírem cooperativas ou infraestruturas coletivas que possibilitem armazenar, beneficiar e comercializar o leite e seus derivados, os assentados são obrigados a negociar com atravessadores e/ou laticínios que lhes impõem o preço que entendem ser justo, o qual varia de acordo com a flutuação do valor do produto no mercado e do grau de organização dos agricultores para pressionar por um pagamento compatível com os custos dispendidos.

Essa lógica de financiamento e de pecuarização nos assentamentos, dentre eles o PA 17 de Abril, contribui para o processo de retroalimentação existente na rede capitalista agropecuária do sudeste paraense, conforme podemos visualizar no Organograma 1:

Adentrando no território do PA 17 de Abril, observamos que a sua produção se insere nessa rede de comercialização exposta acima, com uma grande produção pecuarista, porém sem perder de vista a diversidade produtiva, pois ela garante a sobrevivência dos assentados e a reprodução econômica face ao desenvolvimento do mercado de excedentes (MARTINS, 2009).

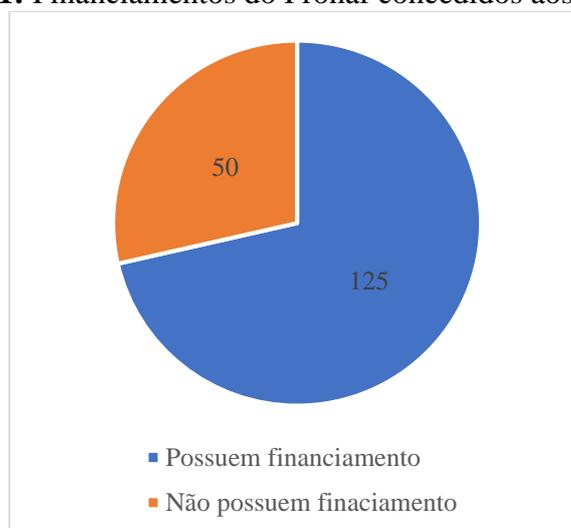
**Organograma 1:** Rede de comercialização do gado de corte e de leite no sudeste paraense



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

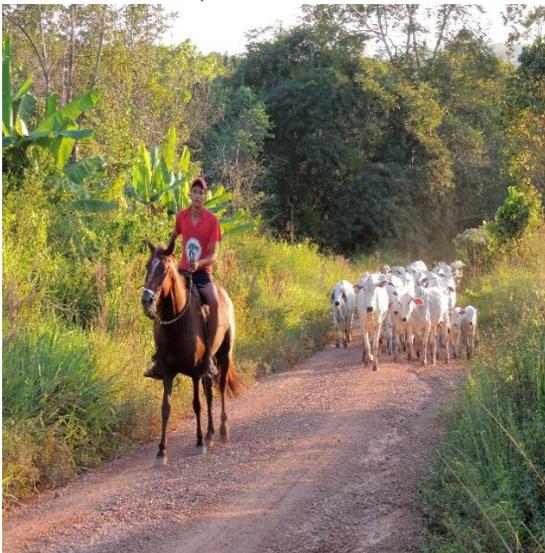
A partir do Gráfico 1, observamos que 72% (125) dos entrevistados responderam terem recebido financiamentos provenientes do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), cuja finalidade principal era obtenção de projetos de gado leiteiro (ver Fotos 3 e 4), conforme é expresso no Gráfico 2, onde se destaca que 155 entrevistados indicaram desenvolver a criação bovina por meio do financiamento público ou não. Entretanto, é importante sublinhar as diversas outras criações que respondem igualmente pela alimentação e renda dos assentados, como porcos, piscicultura, aves, carneiros, dentre outros.

**Gráfico 1:** Financiamentos do Pronaf concedidos aos assentados



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

**Foto 3:** Escoamento do gado leiteiro no PA 17 de Abril, 2016



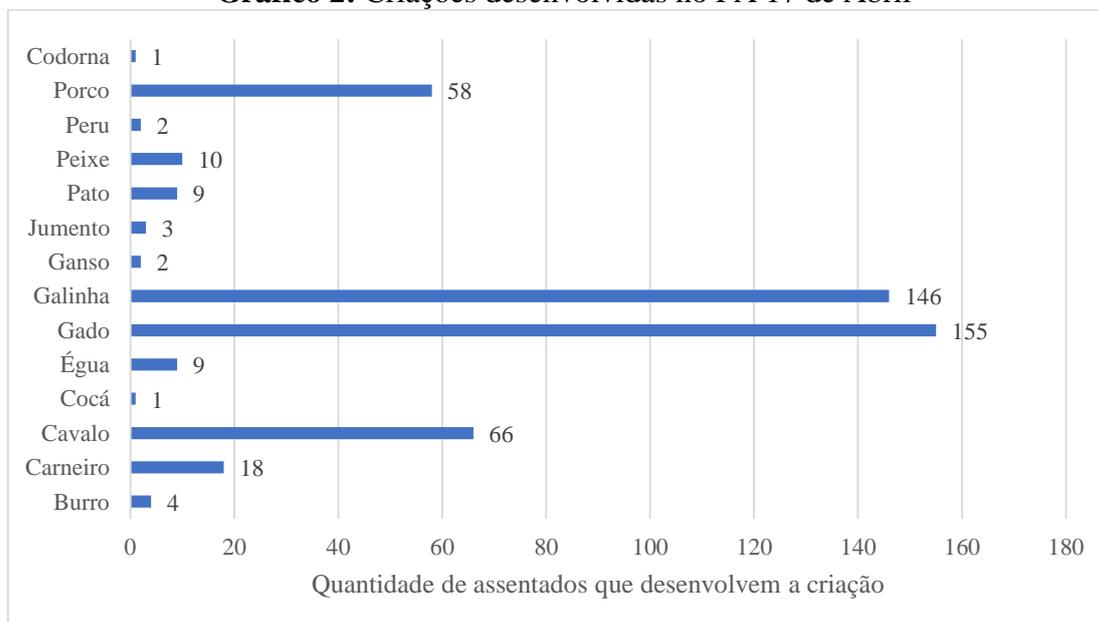
Fonte: Rogério Rego Miranda, Eldorado dos Carajás, 2016.

**Foto 4:** Assentado retirando leite no PA 17 de Abril, 2016



Fonte: Rogério Rego Miranda, Eldorado dos Carajás, 2016.

**Gráfico 2:** Criações desenvolvidas no PA 17 de Abril



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda enquanto estratégia de reprodução socioeconômica, os assentados, ao adquirirem o financiamento, diversificam a produção, desenvolvendo uma variedade de cultivos ou mantendo aqueles já existentes, especialmente os produtos que possuem uma boa comercialização, como os frutos regionais açaí e cupuaçu. Mas, destaca-se ainda o

milho (ver Foto 5) e a mandioca (ver Foto 6) — este último, utilizado para a fabricação de farinha (ver Gráfico 3).

**Foto 5:** Produção de milho no PA 17 de Abril, 2016



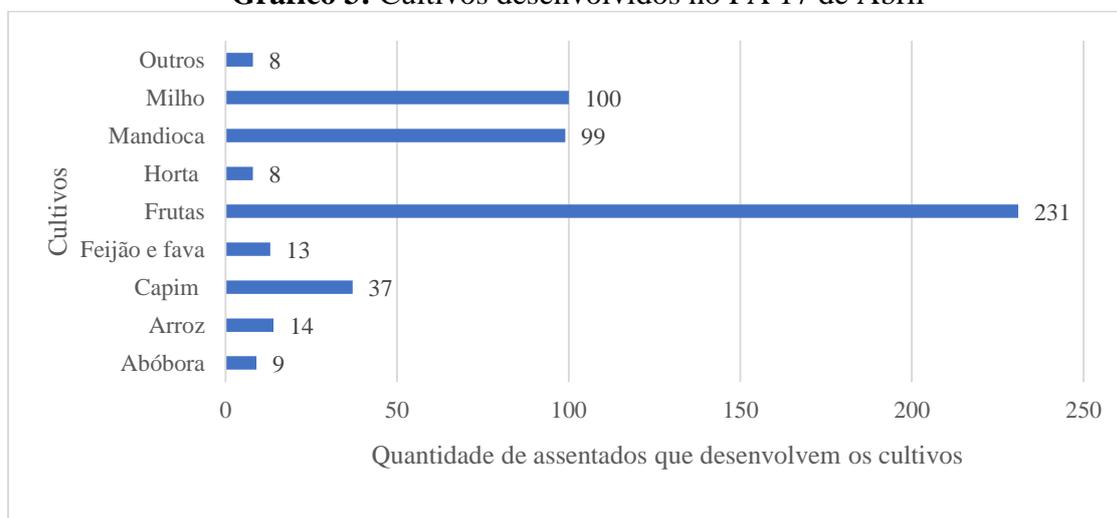
Fonte: Rogério Rego Miranda, Eldorado dos Carajás, 2016.

**Foto 6:** Produção de mandioca no PA 17 de Abril, 2016



Fonte: Rogério Rego Miranda, Eldorado dos Carajás, 2016.

**Gráfico 3:** Cultivos desenvolvidos no PA 17 de Abril

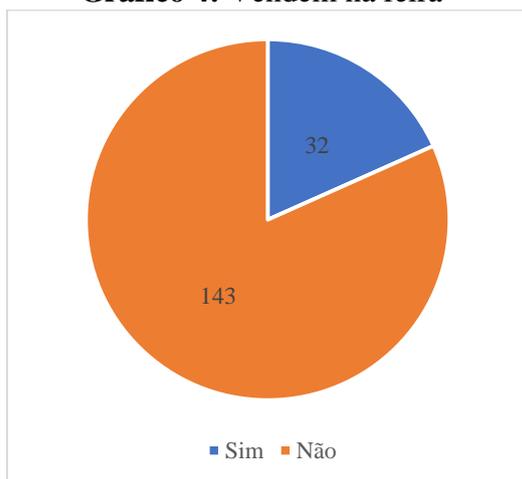


Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

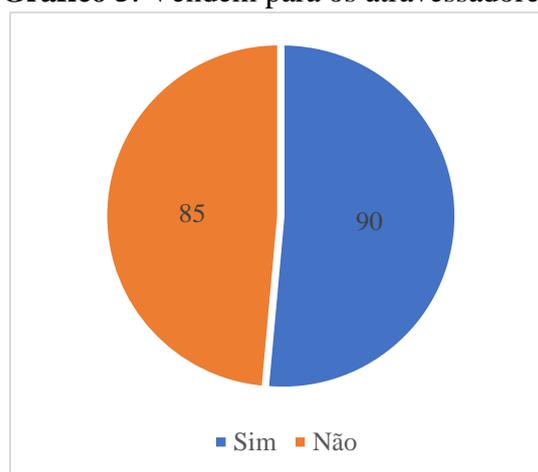
Dada a inexistência de políticas públicas locais que viabilizem o escoamento da produção, poucos assentados conseguem vender nas feiras: apenas 19% (32) dos entrevistados informaram conseguir escoar a produção até as feiras, conforme podemos visualizar no Gráfico 4. A consequência é a dependência que criam em relação aos

atravessadores, que compram os produtos dos assentados a preços baixos e os revendem nas feiras e supermercados a valores mais altos, contribuindo para a elevação do preço final ao consumidor (ver Gráfico 5). Outra alternativa é vender o produto na própria residência, mas que não garante uma renda significativa.

**Gráfico 4:** Vendem na feira



**Gráfico 5:** Vendem para os atravessadores



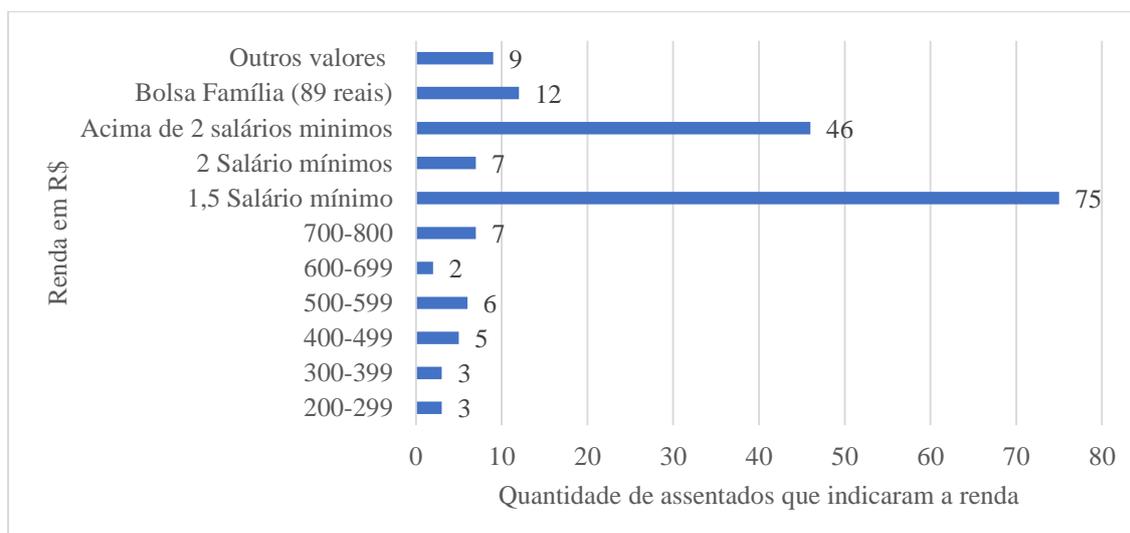
Fonte: Pesquisa de campo 2015.

Em termos de renda média dos assentados, 15% (26) dos entrevistados indicaram viver com uma renda familiar mensal abaixo de um salário mínimo, proveniente da venda dos produtos; 7% (12) dos assentados responderam que a única renda era adquirida do programa Bolsa Família; 43% (75) afirmaram ter uma renda de um salário mínimo e meio; e 30% (53) apresentam uma renda entre dois salários mínimos ou mais. Nesses últimos casos, em que o assentado manifesta ter uma renda familiar superior a um salário e meio, é devido ao fato de algum membro da família ser aposentado, estar recebendo algum tipo de benefício por problemas ocasionados no trabalho ou se encontra empregado em alguma fazenda ou empresa local (ver Gráfico 6).

A condição de assentado, apesar da renda baixa e das relações de dependência a que são submetidos, lhes possibilita uma relativa segurança territorial, pois garante a reprodução do núcleo familiar, como bem é destacado na fala abaixo:

Na época (antes do assentamento) não tinha nada, se hoje tenho alguma coisa é daqui, era rodado, criei minha família tudo aqui, não tenho o que dizer daqui, se eu falar daqui estou me discriminando. (ANTÔNIO MANOEL DA SILVA, PA 17 de Abril, 50 anos, 20 jun. 2016).

**Gráfico 6:** Renda média familiar mensal dos assentados



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Além de significar a saída de uma situação transitória nos acampamentos para uma outra marcada por uma estabilidade territorial, visto que conquistou o direito de ficar e não apenas de ir e vir, deixando a condição de migrante forçado ao trabalhar de empregado, conforme conta esta outra depoente:

Eu já sofri muito pelas terras alheias, não ter direito de ter uma casa... mas pelo menos eu estou plantando e ninguém vai me tirar porque estou plantando na terra alheia... era para se situar no lugar e mostrar para os filhos que a luta valeu a pena. (MARIA OLINDA DOS SANTOS OLIVEIRA, PA 17 de Abril, 61 anos, 18 jun. 2016).

Por fim, a segurança se manifesta naquilo que a terra lhe possibilita de sustento para a família por meio do trabalho, sem os vínculos empregatícios que os “aprisionavam” aos disciplinamentos de tempo do capital e às condições precárias de trabalho na cidade e/ou no campo.

Tendo uma terra de tudo que a pessoa planta tem... e não tem de plantar para os outros. Adoeci trabalhando para os outros e quando cheguei (no assentamento) já estava adoentado e, graças a Deus, quando peguei a terra, deu para criar o resto da família... Se fosse trabalhando para os outros, não tinha arranjado nada. (JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO, PA 17 de Abril, 67 anos 14 jun. 2016).

A reprodução camponesa no PA 17 de Abril apresenta também um caráter político e cultural importante, o qual será discutido a seguir.

## **Reprodução social e a permanência da luta política pelo território da reforma agrária**

A reprodução camponesa não se restringe a uma dinâmica socioeconômica, ao contrário, sua existência em uma região de fronteira implica disputar os aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001) no seio da sociedade civil, salvaguardando as relações de poder assimétricas que engendram tais disputas. Com efeito, os assentados do PA 17 de Abril desenvolvem ações no âmbito da educação em diversos níveis, da escola básica até a universidade; propõem um modelo de agricultura camponesa que valoriza a diversidade produtiva e experiências agroecológicas face ao modelo monocultural do agronegócio; e atuam igualmente no permanente debate em torno de uma mudança de visão de mundo, de um consenso que venha de baixo.

Uma das formas de disputa simbólica em torno do projeto de desenvolvimento territorial regional está na sua visibilidade nacional e internacional decorrente do massacre que deu origem ao assentamento (ver Figura 1), o que acabou definindo o 17 de abril como o “Dia Internacional da Luta camponesa”.

Antecedendo esse dia, com o intuito de demarcar a necessidade de continuidade da disputa pelo território, realiza-se o “Acampamento Nacional da Juventude Sem Terra Oziel Alves Pereira” (ver Foto 7), mais precisamente entre os dias 10 e 17 do mês de abril, momento em que se reuniram as lideranças dos movimentos sociais e sindicais para debater sobre os rumos da reforma agrária no país. Ao longo da semana, discutiram as principais reivindicações dos assentamentos e acampamentos, bem como realizaram marchas, grupos de trabalho e a mística (ver Foto 8).

## Figura 1: Notícia de jornal sobre a memória do massacre de Eldorado dos Carajás, 2016

2 | CADERNO B • CORREIO | Marabá, 14 e 15 de abril de 2016

### Polícia

**ELDORADO** • MOVIMENTOS SOCIAIS POSSUEM VÁRIOS QUESTIONAMENTOS NUNCA ELUCIDADOS ACERCA DA INVESTIGAÇÃO DO CONFRONTO OCORRIDO NO DIA 17 DE ABRIL DE 1996, NA CURVA DO 'S', NO PARÁ

# Massacre: 20 anos de dúvidas

LUCIANA MARSCHALL

O próximo domingo, dia 17 de abril, marca 20 anos desde que 19 trabalhadores rurais, ligados ao Movimento Sem Terra, foram mortos em decorrência de disparos de arma de fogo efetuados por policiais militares do Estado do Pará. O encontro entre os camponeses e os agentes do estado ocorreu próximo da Curva do 'S', da Rodovia BR-155 (então PA-150), à altura do município de Eldorado dos Carajás.

Na ocasião, 1.500 trabalhadores rurais, acampados na região, decidiram marchar em protesto, pressionando por agilidade em processos de desapropriação. O Governo do Estado do Pará, no entanto, ordenou a desobstrução da pista pela Polícia Militar, o que resultou em uma pilha de corpos. Apesar de a ordem ter partido do alto escalão do Governo do Pará e ter sido executada por mais de 150 homens, até hoje, 20 anos depois, apenas o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, ambos comandantes da tropa, foram condenados, o primeiro a 228 anos e o segundo a 158 anos de reclusão, pelo caso. O julgamento aconteceu em 2012.

O advogado José Afonso Batista, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), destaca uma série de perguntas que ficaram sem respostas nestes 20 anos. Uma delas, por exemplo, é o fato de nunca ter sido apurada a razão de os militares que participaram da ação terem retirado as identificações das fardas ou de as cautelares documento que relaciona o policial à arma utilizada – terem sido extravaliadas. Também não houve investigação, diz, pelo fato de os corpos terem sido removidos do local sem que fosse feita a perícia e tampouco, posteriormente, ter sido feita a reconstrução do crime.

Ainda segundo o advogado, três médicos legistas do Instituto de Criminalística do Centro de Perícias Criminais Renato Chaves, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado, que analisaram os corpos concluíram não haver sinais de execução sumária nas vítimas e afirmaram



A cena dos 19 corpos chegando ao Instituto Médico Legal (IML), de Marabá, rodou o mundo. Massacre aconteceu no dia 17 de abril de 1996.

que os ferimentos eram "tipicos de situações de conflitos". Conforme eles, os corpos foram examinados 18 horas após as mortes e não era possível afirmar as condições da morte ou acusar se houve tiro "à queima roupa".

O advogado da CPT diz que eles também não permitiram que o renomado legista Nelson Massini, que já atuou em vários casos de repressão, acompanhasse o exame dos corpos. A Secretaria Especial de Direitos Humanos teve que intervir para que o médico tivesse acesso aos corpos.

Ainda conforme Batista, durante as investigações, dois promotores que defendiam a investigação do alto escalão do governo foram pressionados a se afastarem do caso.

"O MP do Pará, coordenado à época pelo procurador Manoel Santino, não exigiu a apuração e nem apurou a responsabilidade do alto escalão do governo pelo massacre. O Coronel PM João Paulo Vieira, nomeado para presidir o inquérito policial militar, isentou a cúpula do governo de qualquer responsabilidade. No se-

gundo mandato do Governador Almir Gabriel, Santino se tornou Secretário Especial de Governo e o Coronel PM João Paulo Vieira, foi promovido a chefe da Casa Civil do Governo do Estado. O resultado do que o então Governador do Estado, o Secretário e Segurança Pública e o Comandante da Polícia Militar que deram a ordem para desobstrução da pista não foram indiciados nos dois inquéritos instaurados para investigar as mortes", destaca o advogado.

O advogado levanta, ainda, o fato de os policiais

militares acusados pelos mortos – e absolvidos – continuarem prestando serviço normalmente nas cidades da região. "A certeza da impunidade era tão grande

entre os policiais que, menos de dois anos após, oito dos policiais militares que participaram do massacre se envolveram novamente no assassinato de duas

Em setembro de 1996, o arquiteto Oscar Niemeyer entregou, em Marabá, o "Monumento Eldorado Memória", para o Movimento Sem Terra, porém a obra acabou destruída dias depois. Após esse episódio, em 1999, 10 troncos de castanheira, um para cada vítima, foram dispostos formando o contorno do mapa do Brasil na curva onde ocorreu o massacre. O monumento "As castanheiras de Eldorado dos Carajás" continua em pé.

## Programação referente aos 20 anos segue até domingo

Várias atividades estão ocorrendo, em lembrança aos 20 anos do massacre, até o próximo domingo. No último final de semana teve início o Acampamento

Nacional da Juventude Sem Terra Ozil Alves Pereira, às margens da Rodovia BR-155, à altura da Curva do 'S', em Eldorado dos Carajás.

No local ocorrerá o lan-

çamento da exposição fotográfica "Eldorado dos Carajás – 20 anos de Impunidade", edição do Festival Internacional de Cinema da Fronteira (Cinefront) e a atividade em con-

memoração aos 18 anos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Na Chácara do Bispo, em Marabá, desde esta terça está acontecendo a Con-

ferência Internacional da Reforma Agrária, com o lançamento do "Caderno dos Conflitos – CPT", cujos dados parciais foram fornecidos ao CORREIO (Leta mais

na Página 3 deste Caderno). No domingo, dia 17, será realizado o Ato Internacional em Defesa da Reforma Agrária, às 8h30, na Curva do 'S'. (L.M.)

## Número de assentamentos só vem crescendo na região

Apesar dos conflitos do campo, que muitas vezes resultam em mortes, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) destaca que o Movimento Sem Terra e os demais movimentos sociais locais não diminuíram a luta por reforma agrária na região no sul e sudeste

do Pará. "Ao contrário, os anos posteriores ao massacre de Eldorado dos Carajás foram marcados por dezenas de ocupações de terras e a criação massiva de Projetos de Assentamentos", destacou.

O advogado ressalta que, segundo dados do

Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária (Incra), quando foi registrado o primeiro Projeto de Assentamento na região até o dia em que o massacre aconteceu, haviam sido criados 67 projetos de assentamento na região, abrangendo

uma área de 1.747.097 hectares, com a capacidade para assentar 34.941 famílias.

Desde a data, no entanto, foram criados outros 442 projetos, abrangendo 2.977.597 hectares e assentando 39.531 famílias. "Talvez em nenhuma

outra região do País os camponeses tenham avançado tanto sobre o território do latifúndio em tão pouco tempo. Ainda de acordo com os dados do Incra, até 31 de dezembro de 2014 foram criados 503 assentamentos, abrangendo uma

área total de 4.643.820 ha com capacidade para o assentamento de 92.976 famílias. Existe, ainda, cerca de 130 imóveis ocupados por cerca de 25 mil famílias abrangendo uma área de, aproximadamente, 1 milhão e 100 mil hectares", destaca. (L.M.)

Fonte: Jornal Correio do Tocantins, Marabá, 2016.

**Foto 7:** Acampamento Nacional da Juventude Sem Terra Oziel Alves Pereira, em Eldorado dos Carajás em 2016



Fonte: Rogério Rego Miranda, Eldorado dos Carajás, 2016.

**Foto 8:** Mística na Curva do “S” em memória dos 20 anos do massacre em Eldorado dos Carajás, 2016



Fonte: Rogério Rego Miranda, Eldorado dos Carajás, 2016.

Nesse contexto, o PA 17 de Abril apresenta uma importância significativa em termos de continuidade da luta pela terra, devido à mobilização dos assentados no auxílio da construção de novos acampamentos e assentamentos; na organização de caminhadas, marchas etc., e na formação dos quadros de militância.

[...] na questão da mobilização, cadastramento, no momento da ocupação, a organização de grupos, essas coisas assim, correr atrás de alguns benefícios, na primeira mão dos acampamentos esses negócios tudo é difícil, aí ajuda correr atrás de alimentação, essas coisas assim, tem toda essa demanda [...]. Justamente esses acampamentos que estão tudo aí se recriando agora, se criando [...] é São José que já estão, já tem mais de dez anos de assentado, Volta do Rio, Maria Bonita ali agora (localizados em Eldorado dos Carajás), tem Nega Madalena lá em Tucumã, tem outros mais, é que não estou sabendo o nome de todos, Lourival Santana (PA Peruana localizado em Eldorado dos Carajás), tudo é a 17 de Abril que cria [...]. Ajuda na criação de tudo, do início de cadastramento até chegar a sua terra, o que dificilmente tem acampamento que a direção não seja daqui, a militância criada daqui, é como hoje nós temos lá a Cedro (Acampamento Helenira Resende, em Marabá), mas a militância foi tudo daqui, que fica organizando porque todo ano tem aquela formação de militante, o movimento na formação de militante [...] [famílias do acampamento Dalcídio Jurandir] não que ficaram acampadas aqui, as famílias foram daqui [...] digamos assim, quando se vai ter uma ocupação, aí vem a ordem da direção para fazer o cadastramento das famílias que não tem terra aqui, fazem o cadastramento, aí fica até no dia que vai acontecer e tal, e que as pessoas podem ir se preparando, e enfim [...] **a 17 de Abril é a mãe de todos esses outros acampamentos e assentamentos**, que é o polo maior de tudo, é a 17 de Abril. (MANOEL DA CONCEIÇÃO SARAIVA, assentado do 17 de Abril, 54 anos, 22 jun. 2016).

O PA 17 de abril permite a permanência da luta pela terra no sudeste paraense pelo desenvolvimento, em conjunto com outros assentamentos, de uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra*, que realiza as mobilizações descritas acima.

Outro campo de disputa se realiza no âmbito educacional, em seus diversos níveis, a exemplo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), que possui o curso de Educação do Campo e Direito da Terra, frutos da mobilização dos assentamentos organizados pelo MST e sindicatos locais.

No ensino básico, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Oziel Alves Pereira, existente no PA 17 de Abril, apresenta em seu corpo docente educadores oriundos do movimento social que se qualificaram na universidade e hoje “ocupam a escola”. A sua gestão ficava sob a responsabilidade do município de Eldorado dos Carajás, mas, em virtude de uma luta cotidiana mobilizada pelos professores e o MST, a coordenação da instituição retornou para a delegação da comunidade, que escolhe os diretores por meio de eleição direta, assim como discute coletivamente o currículo, agora

voltado para a educação do campo. Esse fato ocorre por uma reaproximação da escola com o MST, cuja relação ficou atenuada por conflitos internos até aproximadamente o ano de 2011; após essa data, a escola voltou inclusive a contar com atividades do movimento social no calendário escolar:

A relação da escola com o MST, ela passou assim uma temporada meio ausente, sabe, mas, de 2012, 2011 para cá, a escola ela está interagindo mais com o MST, nós estamos tendo assim mais visita deles, a gente está participando mais dos movimentos, das organizações que eles fazem, então hoje o relacionamento na medida do possível é boa, eu posso dizer para você que é um relacionamento. A gente sabe o que está acontecendo lá, a gente leva as crianças para o Sem Terrinha, a gente vai em encontro, agora mesmo em julho no dia 6, no dia 7 e 8 nós temos um encontro que é organizado pelo MST em Açailândia, então a gente está interagindo, nós temos aqui dois professores, que esses eles estão designados para passar informação, eles quando precisa eles saem para trabalhar lá para o MST, a gente registra o trabalho, já é de conhecimento do secretário da educação, esses dois professores ficam à disposição, quando não tem nada eles estão na sala, mas se precisou eles saem, passa até uma semana. (EDNA SOUZA DOS SANTOS SILVA, assentada e coordenadora pedagógica no PA 17 de Abril, 51 anos, 26 jun. 2016).

Por fim, um terceiro campo de disputa se localiza no modelo produtivo, pautado na agroecologia. No sudeste paraense, a agroecologia assume uma importância discursiva no seio do MST, muito embora sua prática efetiva nos assentamentos que o movimento ajudou a construir ainda seja muito incipiente, conforme pudemos observar em nossa pesquisa e igualmente foi identificado nos trabalhos de Meek (2014) e Costa (2014) sobre o PA 17 de Abril. Isso é reflexo, por um lado, de uma estrutura territorial muito marcada por conflitos de terra e que demanda do movimento a permanente luta pelo território, além de refletir experiências produtivas pouco exitosas com base na perspectiva da cooperativa e a crescente pecuarização nos projetos de assentamento. Por outro, os espaços de discussão da agroecologia e da educação do campo vêm ajudando a construir um outro consenso em torno do território, pautado nas experiências camponesas e dos movimentos sociais.

### **Considerações Finais**

O Assentamento 17 de Abril expressa o processo histórico-geográfico de territorialização do MST no sudeste paraense, o qual sustenta-se no tripé terra-educação-produção.

Em outras palavras, o movimento social, desde a década de 1990, vem desenvolvendo a luta pela reforma agrária, que engloba primeiramente a reapropriação dos territórios que se materializam na criação de assentamentos a partir da desapropriação de fazendas conquistadas pelos latifundiários por meio de expedientes muitas vezes ilícitos.

Dentre esses territórios conquistados pelo MST está o PA 17 de Abril. Criado no ano de 1997, ele possibilita a reprodução de aproximadamente 690 famílias camponesas, as quais precisam ainda hoje desenvolver diversas estratégias que lhes permitam permanecer no território, a exemplo da construção e participação dos assentados na rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra, que possibilita ao MST conquistar outros territórios e, ao mesmo tempo, garante ajuda de outros assentamentos e acampamentos na reivindicação de melhores condições infraestruturais ao PA em relevo.

É importante sublinhar que a reprodução camponesa no PA 17 de Abril, assim como em diversos outros do sudeste paraense, é prenhe de disputas, conflitos e contradições, visto que há um direcionamento das políticas públicas para a pecuarização nesses locais, resultando em um processo de dependência dos assentados em relação ao mercado e seus agentes — como o Estado, fazendeiros, empresários, dentre outros —, contudo, como estratégia de reprodução e permanência na terra diversificam sua produção, que é voltada para o consumo da unidade familiar e ao mercado de excedentes, como feiras e supermercados locais e/ou regionais, contrapondo-se à lógica produtiva hegemônica pautada no agropecuária voltada ao mercado internacional (soja e carne bovina), inclusive desenvolvendo algumas experiências agroecológicas incipientes.

Como estratégia de reprodução territorial camponesa, os assentados do PA 17 de Abril, em conjunto com o MST, também ocuparam as instituições de ensino, pois o processo formativo é de fundamental importância para a continuidade da luta na terra, tendo em vista a valorização do processo histórico de conquista da área, do envolvimento dos jovens na manutenção dela e da implementação de práticas educativas que considerem os sujeitos do campo.

Nesse contexto, buscam disputar os aparelhos privados de hegemonia com o intuito de obterem melhores condições de reprodução, que vão desde a permanência no assentamento até o alcance de financiamentos, assistência técnica, escoamento da produção, dentre outros direitos sociais que lhes são negados.

## Nota

<sup>1</sup> Para Martins (2009, p.190, grifado no original), “o excedente não é o resto ou a sobra. Não se trata de que o agricultor assegure para si e sua casa a subsistência e só *depois* venda o que sobrou. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da ideia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio”.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (et. alii.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101-144.

BECKER, Bertha K.. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.** São Paulo, v. 19, n. 53, p.71-86, abril de 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 de abril 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.

BRITO, Daniel C. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

COSTA, Caetano De'Carli Viana. **Sonhos de abril**. A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal. Os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. 2014. 454 p. Tese (Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

EMMI, Marília F. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60**. Belém: UFPA/NAEA, 2002. p.1-25. (*Papers* do NAEA, n. 166)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **O cativo da Terra**. 9ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de S. *et alli* (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MEEK, David Duncan. **Movements in education: the political ecology of education in the brazilian landless workers' movement**. 2014. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Georgia, Athens, 2014. Disponível em: <[http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek Movements in Education.pdf](http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek%20Movements%20in%20Education.pdf)>. Acesso em 12 janeiro 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária do Brasil: o debate da década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.173-238.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Recebido em 06/04/2019. Aceito para publicação em 18/11/2019.
--